

O CARDEAL CEREJEIRA, PASTOR DA IGREJA LISBONENSE

Introdução

Quando me convidaram para, neste Colóquio, falar d'*O Cardeal Cerejeira, Pastor da Igreja Lisbonense*, não tardei na resposta afirmativa. Senti-a como dever de gratidão para com aquele que por duas vezes me impôs as mãos de Pontífice: a tornar-me membro do seu presbitério e a associar-me intimamente, como Bispo Auxiliar, ao seu Episcopado — sem falar das muitas provas de particular estima de que fui alvo.

Só depois, mas já fora de tempo de me arrepender, adverti na responsabilidade da tarefa a que me comprometera, no perigo de trair o verdadeiro retrato do Pastor e da sua obra, e na categoria dos convidados para, no mesmo Colóquio, focarem outros aspectos da figura plurifacetada de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Perdoar-me-ão da ousadia certa e do fracasso provável.

Se do Céu tivesse tempo para escutar o que dele se diz neste Colóquio, quer-me parecer que seria a minha conferência que o Cardeal Cerejeira se poria a escutar com maior curiosidade. De facto, como deu a entender em conhecida carta ao presidente da Academia das Ciências de Lisboa (*OP* I, 256)¹, uma vez constituído Pastor da Santa Igreja, tudo o mais que ele era ou poderia ser punha de lado, para ser, parafraseando a sentença que tanto repetia aos seus padres, Bispo, sempre Bispo e só Bispo.

Na altura em que escreveu essa carta, ainda não era Patriarca. Servia já a Igreja de Lisboa como Arcebispo de Mitilene, para que

¹ *OP*, sigla de *Obras Pastorais* de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, edição em 6 volumes da União Gráfica.

Pio XI o nomeara a 23 de Março de 1928. Mas, poucos meses depois, à morte do Cardeal Mendes Belo, o mesmo Papa, tanto da sua admiração, dava-lhe, a 18 de Novembro de 1929, o governo pastoral do Patriarcado e, um mês depois, revestia-o com a púrpura cardinalícia.

Ao entrar solenemente, a 2 de Fevereiro de 1930, na Sé de Lisboa, o novo e jovem Cardeal Patriarca iniciava um dos mais longos e gloriosos pontificados à frente da que podemos considerar a mais importante Igreja particular de Portugal: 40 anos de Bispo de Lisboa. Mas ser Patriarca, pelo menos nessa altura, era ser também o primeiro entre os Bispos de Portugal, como presidente nato da Conferência Episcopal Portuguesa. E ele foi-o indiscutivelmente. Por isso, e dado que o ser «Bispo de Portugal» — entenda-se a expressão — também é cargo pastoral, julgo dever alargar, ainda que minimamente, o âmbito desta conferência a algumas actuações do Cardeal Cerejeira que transcendem a condução pastoral da Igreja Lisbonense.

Entrando directamente na matéria, desenvolvê-la-ei em quatro capítulos: 1) A pessoa do Pastor; 2) O seu tempo; 3) O seu projecto pastoral; 4) A sua obra.

1. A pessoa do pastor

O Cardeal aos dez anos já estava determinado a ser padre. Isto o ouvi dele, quando, em conversa de mesa, se falava de vocações tardias e vocações precoces. O mesmo confessou ao seu clero numa das habituais alocações de 18 de Novembro, precisamente a de 1961, ano das suas bodas de ouro sacerdotais. Recordemo-lo: «Desde que me conheço, senti em mim o apelo do Senhor. Era uma voz íntima, doce, penetrante. Não é assim que fala o Espírito Santo no coração das crianças inocentes? O Senhor fixara os olhos na criança ingénua e — bendito seja Ele — nunca mais os desviou» (*OP VI*, 98).

Aos 23 anos recebeu o presbiterado das mãos do Arcebispo de Braga D. Manuel Baptista da Cunha. Foi no dia 1.º de Abril de 1911, na capela do Paço. Dias depois, na igreja de Lousado, onde recebera a graça baptismal, celebrou a «Missa Nova». Vinte e cinco anos depois, um dos presentes, seu companheiro de Coimbra e ao tempo Bispo do Porto, recordou, na celebração jubilar na Sé de

Lisboa, que já nos alvares do seu sacerdócio, «esvoaçava uma profecia, grande e dolorosa, sobre a sua vocação»².

Não era difícil fazer tal profecia a quem privara com o recém-ordenado. O P. Cerejeira tinha sido um dos melhores alunos do Seminário-Liceu de Guimarães, do Liceu Alexandre Herculano do Porto, do Seminário Conciliar de Braga, e distinguia-se, na altura da ordenação, como um dos mais inteligentes e lutadores da velha Faculdade de Teologia de Coimbra, em que viria a formar-se no ano seguinte com 18 valores.

Os anos de Coimbra, passou-os a estudar, a ensinar e a combater pela defesa e implantação do Reino de Jesus Cristo, de que se sentia soldado e ministro. Os campos de batalha em que mais se empenhou foram o das ideias — e cito apenas a publicação do *Clenardo* (1917) e de *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo* (1924); o da imprensa — particularmente n'*A Palavra*, no *Imparcial*, que fundou (1912) e dirigiu, nos *Estudos do CADC* e no *Correio de Coimbra*; o da pregação; e o da formação e animação da juventude, havendo aqui a evocar o trabalho no CADC e a publicação das *Cartas aos Novos*.

Foram anos de providencial treino para batalhas mais importantes, que lhe estavam reservadas, não já como simples soldado ou ministro, mas como sucessor dos Apóstolos que Jesus Cristo escolheu para fundamento e condução da Sua Igreja. Estes anos deram-lhe saber, experiência e prestígio; e deram-lhe também um grande zelo pelo triunfo, na sua própria pessoa e nos outros, do Reinado do Amor do Coração de Jesus. Neste particular, não se pode esquecer a influência que nele teve o apóstolo do Divino Coração, o P. Matéo Crawley.

Ao ser chamado, a 23 de Março de 1928, para sucessor dos Apóstolos, estava em condições de responder, como Pedro o fez, à tríplice interrogação do Mestre: «Amas-me mais que estes?» Quem conheceu de perto o Cardeal Cerejeira terá certamente admirado nele o fulgor da sua inteligência, a prontidão e fidelidade da sua memória, a sua grande erudição, a extraordinária capacidade de avaliar as situações e conhecer as pessoas, a eloquência comunicativa do seu verbo, a fina delicadeza do seu trato; mas certamente

² MOREIRA DAS NEVES, *Cardeal Cerejeira — O Homem e a Obra*, edição do Rei dos Livros, no Centenário do Nascimento, 1988, 25.

nada lhe terá causado maior impressão do que a grandeza do seu coração.

Temperamentalmente era um apaixonado: activo, emotivo, secundário. Mas não o era menos espiritualmente: um apaixonado por Jesus Cristo, um apaixonado pelo Seu Coração divino e humano, expoente máximo do Amor infinito de Deus pelos homens; um apaixonado em sintonia fácil com aqueles e com aquelas que, na terra, ao longo dos séculos, o foram também: um Simão filho de João, uma Madalena convertida, um Francisco de Assis, uma Margarida Maria de Paray-le-Moniale, uma Teresinha de Lisieux, um Padre Matéo, um Padre Cruz, uma Alexandrina de Balasar ..., para citar apenas as figuras que mais frequentemente lhe escapavam da boca ou da pena. O Cardeal Cerejeira foi um grande Bispo porque muito amou.

2. Homem da sua época

Quis a Providência, nos seus misteriosos desígnios, escolher este grande Bispo para enfrentar os desafios de uma das épocas da moderna história da Igreja e do mundo mais cheia de acontecimentos grandes e contrastantes, quer em Portugal, na altura alargado às vastidões dos territórios ultramarinos, quer na velha Europa e até em todo o Orbe.

Primeiro, foi o período turbulento de entre as duas guerras. O Ocidente, saído muito combalido da primeira, depois dos loucos anos 20, acabava de sofrer o colapso económico de 1929 quando o Dr. Cerejeira foi chamado a Lisboa como Arcebispo de Mitilene. O país vivia o processo de recuperação nacional do Estado Novo saído da revolução de 28 de Maio de 1926, já sob a condução do antigo companheiro de Coimbra, Salazar.

O clima político-social, ainda agitado, tornou-se tenso com os acontecimentos da Europa. Na vizinha Espanha, tornada República em 1931, avizinhava-se a sangrenta guerra civil de 1935-39. O Episcopado, na sua primeira reunião de Fátima, a 13 de Maio de 1931, numa «hora torva de paixões e de incertezas, em que até os bons correm o risco de perder-se...», para esconjurar a ameaça de «subversão», faz a primeira consagração nacional a Nossa Senhora ali aparecida, um ano após as Aparições terem sido declaradas dignas de crédito. Em clima de maior ansiedade ainda, promete, em Maio de 1936, já em plena guerra civil, ali voltar dois anos

depois, se o país fosse poupado aos graves perigos que o ameaçavam e ao mundo. Estes perigos são denunciados, pela pena do Cardeal Cerejeira, na célebre «Carta Pastoral Colectiva sobre o Comunismo e Outros Flagelos Sociais» (7.3.1937; *OP* II, 57), em que a tragédia de Espanha é expressamente referida. O voto foi solenemente cumprido a 13 de Maio de 1938.

Entretanto, Hitler subira ao poder na Alemanha; na França reinava a Frente Popular; e a Itália enleava-se na guerra da Abissínia; tudo preludiando a segunda guerra mundial de 1939-45. Portugal escapou a esta guerra, por especial graça do Coração de Jesus, atribuída à intercessão do Coração Imaculado de Maria, a Quem o Cardeal Cerejeira fez consagrar o país, e também ao voto do Episcopado, igualmente da sua iniciativa, de erguer um monumento a Cristo-Rei, que hoje vemos abraçando a capital. Na soleníssima inauguração, a 17 de Maio de 1959, o Cardeal Cerejeira, em nome do Episcopado, fez nova consagração de Portugal conjuntamente aos Sagrados Corações de Jesus e Maria, por ele mesmo redigida.

Mas nem tudo foram sombras e sofrimentos ao longo dos anos de guerra. Portugal, em paz, pôde celebrar festivamente, no ano de 1940, o duplo centenário da sua fundação e restauração. E neste mesmo ano, a 7 de Maio, assinou com a Santa Sé a Concordata e o Acordo Missionário. Ambos os acontecimentos contaram com uma presença muito atenta e determinante do Cardeal Cerejeira. No primeiro, cantando as glórias da Pátria intimamente associadas às da Igreja; no segundo, saudando encumbradamente o modo como se definia a situação da Igreja perante o Estado português e se abriam novos horizontes ao trabalho missionário no Ultramar.

Terminada a guerra, o Episcopado, novamente pela pena do Patriarca de Lisboa, anuncia para 13 de Maio de 1945 o grande Dia de Acção de Graças Nacional, pelo fim das hostilidades e particularmente pelo dom da paz mais uma vez concedido pelo Alto à Nação Portuguesa. Mas o Cardeal Cerejeira, em documento a propósito da consulta eleitoral de Novembro de 1945, secundando a voz do Papa, sentença que era mais difícil ganhar a paz que a guerra.

As privações originadas pela guerra perduraram por vários anos, e mesmo em Portugal se fizeram sentir. No dia 1 de Maio de 1946, o Cardeal Cerejeira escreve uma carta ao clero do Patriarcado sobre o dever social de acatar o racionamento dos géneros de

primeira necessidade e a urgência de poupar e produzir. Entretanto, numa perspectiva mais profunda, em várias intervenções, que tiveram notável repercussão no país e no estrangeiro, foi-se fazendo eco das célebres rádiomensagens de Natal do Papa Pio XII sobre a Paz e a verdadeira Ordem Nova que dela se esperava.

Esta Ordem Nova era inevitável, e, por ser mesmo nova, corria-se o risco de vir a ser pagã. De facto, como ouvi dizer ao Professor Le Bras, fundador da Sociologia Religiosa, toda a novidade é pagã — a começar por nós, acrescentava com graça, que nascemos pagãos e assim ficamos até ao Baptismo. Por isso mesmo a Ordem Nova mundial era para a Igreja um tremendo desafio. A Igreja tinha, pois, de se preparar para o enfrentar, num tempo forte de oração e de reflexão. A ideia dum Concílio Ecuménico chegou a bailar no espírito de Pio XII, mas seria o carismático João XXIII a fazer o seu anúncio, a 25 de Janeiro de 1959, três meses apenas depois de eleito Papa.

O Cardeal Cerejeira, na sua inteligência intuitiva, previu as mutações do após-guerra, encarando-as com apreensão crescente. O perigo comunista, a seus olhos, avolumou-se com a vitória da Rússia entre os Aliados. A subterrânea agitação política em Portugal e o progressivo envelhecimento do Estado Novo eram do seu conhecimento. Nos seus escritos da época, a denúncia do comunismo é vigorosa. Até nas fileiras católicas vê a sua infiltração, sob a capa do progressismo.

Como se não bastasse, nos anos 60 a África colonial acede gradualmente à independência política. As colónias portuguesas não podiam escapar aos ventos da história. O Cardeal Cerejeira, em Nota Pastoral sobre o Ultramar Português, de 13 de Janeiro de 1961, reflecte a angústia da Nação e da Igreja em Portugal: «Nesta hora em que o Ocidente parece ter perdido a consciência de si mesmo, na anarquia das ideias, na dúvida dos direitos e dos deveres, na fascinação dos mitos, na quebra das tábuas morais do Decálogo, no enlouquecimento de princípios justos e aspirações generosas mal amadurecidas, na subestima dos valores cristãos e abandono da sua defesa, Portugal é consciente da sua missão evangelizadora. E sofre ao ver que ela não é compreendida nem apreciada, e até tentam contestar-lha» (OP VI, 388).

Não começaria, porém, pela África a desagregação do Ultramar Português, mas pela Índia. Aos sinais da perda de Goa, o Cardeal Cerejeira reúne o povo de Lisboa na Sé, a 18 de Dezembro de 1961,

invocando a intercessão de S. Francisco Xavier para que esta nossa Pérola do Oriente continue portuguesa (cf. *OP VI*, 259); e, quando a sua perda se consuma, escreve, em nome do Episcopado, com a data de 20 de Janeiro de 1962, uma Nota Pastoral significativamente intitulada «de Confiança e Exortação Nacional» (*OP VI*, 409). Nela se apela à paz cívica, se denuncia o espírito de sedição, se aponta para a tarefa de renovar Portugal, se lamenta uma juventude perdida por doutrinas homicidas, se reconhece a confusão ideológica desses dias, e até, discreta mas intencionalmente, se evoca o Nome bendito de Deus, retirado da Constituição, deixando-nos assim retratado sombriamente o clima nacional da época.

A guerra de África estala pouco depois, mais ou menos envolvida em silêncio, que o Cardeal Cerejeira entende não dever romper, até porque era difícil conhecê-la e julgá-la. Mas vê-se, por ofício, nela envolvido, como primeiro responsável da assistência religiosa às Forças Armadas³. Neste sector, como aliás noutros, soube rodear-se de colaborador competente e eficaz, o Cónego Dr. António dos Reis Rodrigues, futuro Bispo de Madarsuma⁴.

Entretanto, os motivos de preocupação e desgosto alargaram-se ao que era mais íntimo e querido do Cardeal Cerejeira, ao seio da própria Igreja⁵, e particularmente ao seu clero e ao Seminário dos Olivais, dois dos maiores títulos de glória do seu pontificado. O ano de 1968, em que completou 80 anos de idade, foi o mais doloroso para ele. Em menos de um mês escreve a tinta de sangue dois documentos que ficaram a atestar o seu sofrimento e a sua grandeza de alma: a 13 de Outubro, a Mensagem ao Clero e Fiéis do Patriarcado sobre a Crise do Seminário dos Olivais desencadeado pela demissão colectiva, dez dias antes, do reitor, vice-reitor

³ O Cardeal Cerejeira foi nomeado pela Santa Sé Vigário Castrense a 26.5.1965.

⁴ O Cónego Dr. António dos Reis Rodrigues, de longa data Capelão da Academia Militar, Chefe do Serviço de Assistência Religiosa do Ministério do Exército desde 1960, Pró-Vigário Castrense em 1966, tornou-se, desde a sua sagração como Bispo de Madarsuma, a 8 de Janeiro de 1967, Auxiliar do Cardeal Patriarca como Ordinário Castrense, desenvolvendo trabalho pastoral de relevo na organização e assistência do corpo de capelães militares, sobretudo ao longo da guerra nos territórios ultramarinos de África.

⁵ Merece aqui referência o diferendo com D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, cujas intervenções em matéria de política do Estado pareciam ao Cardeal Cerejeira contrariar a isenção política da Igreja.

e mais cinco padres da equipa responsável⁶; e, a 2 de Novembro, um longo Esclarecimento, seguido de Decreto disciplinar, relativos ao chamado caso do Padre Felicidade⁷.

O clima de contestação, de que estes casos e o da «Capela do Rato» foram expoentes, que se começara a manifestar nos inícios dos anos 60 e se avolumara nos anos do Concílio e do imediato pós-Concílio; a quebra da disciplina eclesiástica favorecida pelas discussões à volta da Aula Conciliar e pelas prolongadas ausências a que os trabalhos do Concílio obrigavam o Patriarca e seus Auxiliares; a grave crise de saúde que o atingiu nos finais de 1963; tudo isto, somado ao uso e peso dos anos, explica o doloroso final dum pontificado que foi, todo ele, a muitos títulos, verdadeiramente glorioso⁸.

Na verdade, retornando aos anos 30, a Igreja em Portugal, provada pelas perseguições da Primeira República, progressivamente liberta de situações comprometedoras e condicionantes da sua acção, com o benefício duma pobreza forçada que evangelicamente aceitou como providencial, favorecida pelo clima de paz e restauração nacional instaurado nos primeiros tempos do Estado Novo, entrou, com o Cardeal Cerejeira, em grande parte mercê dele⁹, numa venturosa fase da sua história. Mesmo nos últimos anos do pontificado do Cardeal Cerejeira, a despeito do que acaba de ser dito, brilhou o notável esforço de renovação pós-conciliar do Patriarcado de Lisboa, como adiante se verá.

⁶ Cf. *OP VI*, 271-275 e *BDP (Boletim Diocesano de Pastoral)* de Out.-Dez. 1968, 10. Ver ainda, no mesmo volume das *OP*, a «Comunicação ao Clero sobre o Caderno GEDOC», de 24.2.1969 (277-283), e a comunicação ao Presbitério sobre «Actividades Marginais do Clero», de 10.11.1969 (287-293).

⁷ Cf. *BDP*, Out.-Dez. 1968, 15.

⁸ Também se poderá acrescentar a crise da Acção Católica Portuguesa, outro dos títulos de glória do Cardeal Cerejeira, crise que levou o Episcopado a introduzir profundas alterações na sua estrutura (anunciadas na Festa de Cristo-Rei de 1966), embora sem os resultados esperados.

⁹ Não se pode esquecer a pléiade dos Bispos portugueses do tempo do Cardeal Cerejeira que, além da santidade e valor pessoal, desenvolveram notabilíssima obra pastoral nas suas dioceses, em rara sintonia com o pensamento do presidente da sua Conferência Episcopal.

3. O seu projecto pastoral

Menos de um ano depois de, a 20 de Agosto de 1928, D. Manuel Gonçalves Cerejeira entrar ao serviço efectivo do Patriarcado como Arcebispo de Mitilene e Auxiliar do Cardeal Mendes Belo, este, a poucos dias de completar 87 anos de idade, rendia a alma a Deus, na manhã de 5 de Agosto de 1929.

Podemos perguntar-nos se terá passado pela mente do jovem prelado de 40 anos a eventualidade de lhe suceder na prestigiosa e difícil Cadeira Patriarcal de Lisboa. Nas conversas de café e de bastidores, dois outros bispos, com nomes já feitos, concorriam com ele, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Arcebispo de Évora, e D. Manuel Vieira de Matos, Arcebispo de Braga. Estou convicto de que, na discussão interior entre a sua humildade e a sua inteligência intuitiva, ambas saíram vitoriosas com a opção de Roma em seu favor, saída do Consistório Secreto de 10 de Novembro desse ano de 1929. Um coro de aplausos brotou espontâneo do Episcopado, das Autoridades, do clero e do povo fiel. Ele, dócil como sempre aos ditames do Alto, louva o Senhor, agradece ao Papa e prepara-se, sem delongas, para encetar com ardor a carreira de amor e pleno serviço à Igreja que misticamente desposava.

Deixando os pormenores históricos da sua elevação ao cardinalato e das cerimónias consequentes em Roma, importa, na perspectiva que nos interessa aqui — a do Pastor da Igreja Lisbonense —, seguir-lhe os últimos passos antes da solene entrada, a 2 de Fevereiro de 1930, na sua Catedral, a vetusta Sé de Lisboa.

Na viagem de ida à Cidade Eterna, faz breve paragem em Lourdes, onde celebra no dia 10 de Dezembro. Ali voltará várias vezes, uma das quais no centenário da definição do dogma da Imaculada Conceição, de que Lourdes foi como que a chancela. Na festa, para ele tão querida, do Coração Imaculado de Maria — 22 de Agosto de 1954 —, ali revela uma das suas intuições com maior projecção no seu pontificado: Se «Lourdes é a miraculosa resposta de Nossa Senhora ao racionalismo do século XIX, (...) Fátima é a miraculosa resposta de Nossa Senhora ao ateísmo do século XX» (*OP V*, 211). O combate sem tréguas ao ateísmo militante, que via incarnado sobretudo no comunismo russo, e também no liberalismo maçónico, foi um dos traços dominantes da sua acção pastoral, ao longo de todo o seu pontificado. Neste combate,

consoante as frentes da batalha, duas armas muito diferentes empunhou: a palavra de doutrinação a tempo e contra-tempo; e a consagração ao Coração Imaculado de Maria, como cerne da Mensagem de Fátima, de que foi um dos maiores arautos.

Na volta, já Cardeal, atravessa de novo a França. Vai a Lisieux colher, da chuva de rosas prometida pela Santa do Carmelo, que Pio XI canonizara cinco anos antes e proclamara em 1927 Padroeira das Missões, as três rosas que piedosamente quis colocar no seu brasão de armas episcopais. «As rosas — explicaria dias depois, na primeira saudação ao Clero e Fiéis (Sé, 2 de Fevereiro) — são o símbolo de Santa Teresinha do Menino Jesus, a doutora do amor de abandono e de confiança no Coração do Senhor. Ela ilustrou modernamente a palavra do Evangelho: que não entrarão no reino dos Céus os que se não fizerem pequenos como crianças. É Nosso Senhor que nos salva: abandonemo-nos confiadamente a Ele, entregando-Lhe tudo, que Ele tomará cuidado de tudo. A santidade está só em seguir com perfeição Jesus. Santa Teresinha contou com Ele: por isso o Senhor a enriqueceu. É sob a sua particular protecção que quero colocar o meu pontificado» (OP I, 24)¹⁰.

No dia 14 segue para Paray-le-Moniale, no desejo de continuar a aquecer o seu coração de Pastor no fogo daquele Coração que Santa Margarida Maria se esforçou por dar a conhecer como fonte única de salvação para o mundo. É aí, na oração mais íntima, que acaba por intuir e definir as grandes linhas de força da sua acção pastoral, que igualmente quis inscrever nas suas armas de Patriarca.

«O meu escudo — iria dizer na já referida saudação inicial — resume toda a minha doutrina, exprime todo o meu programa». E sintetiza a sua leitura nos seguintes termos: «Da Santíssima Trindade desceu até nós, por Maria, a salvação, em Nosso Senhor Jesus Cristo, que nos revelou o Seu amor na cruz, e por ela atrai a Si o mundo. Jesus é o Sacerdote eterno, de cujo Pontificado participa a Ordem sacerdotal da Igreja, a qual, sobre a terra prolonga misticamente, no espaço e no tempo, a presença do Senhor, e por Ele, com Ele e n'Ele tributa à Trindade Santíssima, pelos séculos

¹⁰ Como penhor desta especial protecção, trouxe uma estátua de mármore da Santa, que lhe ofereceu Celina, sua irmã de sangue e de religião.

dos séculos, toda a honra e glória: *Per Mariam ad Jesum; per Jesum ad Patrem in unitate Spiritus Sancti*. Sob o patrocínio de Santa Teresinha. Para que o Reino de Deus venha até nós».

Estas últimas palavras, «*Adveniat regnum tuum*», do Pai-Nosso, toma-as o Patriarca de Lisboa para sua divisa. Definem, de facto, a grande linha de força de toda a sua acção pastoral: levar o Reino de Deus às almas; levar o Reino de Deus à sociedade, pela santificação das pessoas e pela submissão do mundo a Cristo, Rei do Universo.

Este programa fundamental fluía naturalmente da ideia que na época se tinha da Igreja, ainda muito influenciada pelo Primeiro Concílio do Vaticano e pelo condicionalismo político-social e cultural que, em 1870, impediu a conclusão dos trabalhos conciliares. Também nisto o Cardeal Cerejeira foi homem da Igreja do seu tempo. Quem hoje, à luz do Concílio Vaticano II, lê os seus escritos, fica impressionado com o seu grande amor por Jesus Cristo e pelas almas, com o seu ardor apostólico pelo triunfo do Reinado Social do Coração de Jesus; mas tem de reconhecer que só nos escritos dos últimos anos se reflecte a riqueza da Eclesiologia conciliar.

Na sensibilidade do tempo, a que não podia naturalmente escapar, a Igreja era vista sobretudo a partir do Papa e dos Bispos, sendo estes coadjuvados pelos sacerdotes e socorrendo-se dos leigos mais capazes e dóceis para as tarefas da catequização do povo e para a defesa e afirmação dos princípios e direitos da Igreja em todos os domínios da vida social. As armas desta luta permanente, encarada muitas vezes em termos dramáticos, eram a santidade de vida das pessoas da Igreja e a sua unidade em torno da Hierarquia, à maneira de «*acies ordinata*».

Esta concepção da Igreja, projectada na situação sócio-religiosa do tempo, por ele conhecida em análise realista, está na base do projecto pastoral do Cardeal Cerejeira, esboçado no seu retiro de Paray-le-Moniale dias antes da sua entrada solene na Sé de Lisboa. Ouvi-lhe dizer que esse programa o escrevera ele, à maneira de apontamento, num pequeno papel, religiosamente guardado até que, passados 40 anos, ao deixar o Paço do Campo de Sant'Ana, lhe deu o destino da correspondência mais íntima que «não interessava para a história».

Creio poder reconstituir esse precioso escrito, alinhando em poucas e lacónicas frases, as linhas de força do seu projecto pas-

toral, que, de imediato e com admirável determinação, começou a executar:

- Instaurar na sociedade portuguesa o Reinado do Coração de Jesus;
- Santificar e prestigiar o clero;
- Lançar a Obra dos Seminários e das Vocações Sacerdotais;
- Estruturar uma forte Acção Católica em Portugal;
- Catequizar o povo da sua Diocese.

Para a concretização deste projecto, o novo Patriarca de Lisboa seguiu como estratégia:

- Ser homem de oração e de total entrega às tarefas do Reino de Deus, dando disso contagiante exemplo, à maneira de Jesus;
- Usar inteligentemente dos seus dotes e prestígio social, que sempre pôs ao serviço da sua missão pastoral — missão em que acreditava com uma fé muito viva;
- Desenvolver incansável acção pessoal, sobretudo no campo da doutrinação e das relações directas com pessoas influentes;
- Fazer-se rodear de colaboradores competentes e dedicados, a começar pelos Bispos Auxiliares¹¹.

¹¹ Logo no início do seu pontificado, o Patriarca de Lisboa pediu ao Papa (Pio XI) dois Auxiliares, concretamente D. Ernesto Sena de Oliveira e D. João de Campos Neves. Concedidos a 27.5.1931, foram sagrados na igreja de S. Domingos (a Sé estava em obras) no dia 25 de Julho seguinte. Em comunicação à Diocese, datada de 14 de Agosto, dá a conhecer as responsabilidades pastorais que lhes assinalou: ao 1.º, como Arcebispo de Mitilene, a organização geral da vida do Patriarcado, a Acção Católica e a pastoral da cidade de Lisboa; ao 2.º, Bispo de Vatarba, as missões populares e visitas pastorais na vasta área extra-citadina, «levantando a disciplina e afervorando a vida cristã» (cf. *OP I*, 307). A D. Ernesto Sena de Oliveira muito se deve do lançamento da Acção Católica Portuguesa em todo o País. A D. João de Campos Neves muito ficou a dever o Patriarcado no respeitante à disciplina eclesíastica, à reorganização da vida paroquial e à reevangelização do povo.

Este esquema de distribuição de tarefas episcopais manteve-se até ao final do Concílio (1965). A D. Ernesto, sucedeu em 1941, na animação da Acção

4. A sua obra pastoral

1. O clero e a sua formação

O primeiro escrito pastoral do novo Patriarca de Lisboa foi a Carta ao Governador do Patriarcado, Cónego Anaquim, escrita de Paray-le-Moniale, no dia 22 de Janeiro de 1930, festa de S. Vicente, na data da sua posse por procuração do Patriarcado. Nessa Carta (OP I, 271-274) abre o seu coração de pai e pastor, escrevendo: «Reservo o dia de hoje, no mais íntimo do meu coração, um pensamento de especial ternura para o meu Clero, que, associado ao meu Pontificado, dilata e prolonga, com solicitude e dedicação, a minha missão divina. Hoje o coloquei espiritualmente na patena e no cálix do Sacrifício (juntamente com algumas almas-hóstias, que se me têm oferecido pela santificação do Clero e salvação do Patriarcado), unindo na mesma oblação os que comigo estão unidos no Sacerdócio; pois se, como o Senhor disse, todos nós fazemos um com Ele, um só deve ser o nosso coração, a nossa alma, o nosso espírito».

Católica, D. Manuel Trindade Salgueiro; e a este, em 1956, sucedeu, na Acção Católica, D. José Pedro da Silva, e, nas tarefas habituais de Arcebispo de Mitilene, D. Manuel dos Santos Rocha (anteriormente Bispo de Priene).

A D. João de Campos Neves, incansável missionário e grande organizador, sucedeu, em 1949, outro esforçado trabalhador, D. Manuel dos Santos Rocha, no seu tempo de Bispo de Priene, até passar o testemunho, neste campo de acção, a D. António de Campos, Bispo de Febiana, que morreu no seu posto em 1969.

Após o Concílio, o esquema alterou-se sensivelmente. D. António de Campos foi para Santarém; em 1966 passou a exercer as funções de Arcebispo de Mitilene D. António de Castro Xavier Monteiro; e em 1967 passou a haver dois outros Auxiliares para tarefas mais especializadas: D. António dos Reis Rodrigues, Bispo de Madarsuma, para a Assistência Religiosa às Forças Armadas, e D. Manuel Franco Falcão, Bispo de Telepte, para a reestruturação pastoral do Patriarcado e, nos últimos anos, como responsável da Região Pastoral de Santarém, preparando-a para ser elevada a Diocese, em paralelo com o trabalho semelhante do Cónego João Alves, Vigário Episcopal para a Região Pastoral de Setúbal.

Resta referir que D. António Ribeiro, Bispo de Tigilava, foi transferido a 6 de Junho de 1969, de Auxiliar de Braga, para o Patriarcado, com especiais responsabilidades na Acção Católica. Veio a suceder, dois anos depois, ao Cardeal Cerejeira, como Patriarca de Lisboa, a 13 de Maio de 1971.

Um pouco mais adiante, pensando nos padres que, «em momento de tentação, abandonaram o Senhor, trocando as alegrias puras que lhes oferecia um Coração Divino, pela embriaguez impura das enganosas afeições humanas» ..., escreve: «Oh! daqui, de joelhos lhes digo que voltem depressa à casa do Pai, para que o Coração de Jesus não sofra mais, e eles não passem fome longe dela, e haja festa em todos os corações que o amam ...». Para estes padres organizou um retiro especial, o último pregado em Portugal pelo P. Matéo, o ardente apóstolo do Coração de Jesus. Foi em Santarém, de 3 a 8 de Agosto de 1931. A carta de convite, endereçada pessoalmente a cada um, é comovente pela força com que insinua a confiança no amor misericordioso do Coração de Jesus, para Quem um padre nunca é um homem qualquer (cf. *OP I*, 275-277).

A formação do clero foi, sem dúvida, a preocupação dominante do Cardeal Cerejeira. Ele mesmo se empenhou pessoalmente nela, sobretudo de três maneiras. A primeira, pela palavra directa, nos contactos pessoais proporcionados pelos retiros e outros encontros; a segunda, pelos exercícios espirituais, promovidos com regularidade todos os anos e que, ao fim de algum tempo (1945), passaram a ser frequentados praticamente por todos os padres; e a terceira, pelas alocuções que, no aniversário da sua eleição para Patriarca, 18 de Novembro, fazia ao seu clero em torno dele reunido.

A colecção destas alocuções, publicadas nos sete volumes das suas *Obras Pastorais*, forma um belo tratado sobre a figura, a vocação e a missão do padre. As duas primeiras, respectivamente de 1930 e 1931¹², são as mais cuidadosamente elaboradas, indo ao cerne do que é o padre e a sua missão. Na primeira, foca especialmente o padre como cooperador do Bispo no exercício da sua missão e a ele associado no seu sacerdócio. A segunda trata da santidade do padre. Foi esta a tecla mais frequente e vivamente batida pelo Cardeal

¹² Na alocução de 18.11.1930, no 1.º aniversário da eleição para Patriarca, confia o que lhe ia na alma no dia 22.1.1930, ao tomar posse por procuração da sua Diocese, transcrevendo a já citada carta nessa data enviada de Paray-le-Moniale ao Governador do Patriarcado (cf. *OP I*, 29-62). Na de 18.11.1931 encontramos frases como: «O Clero ocupa no coração do Bispo um lugar de eleição»; «O vosso Bispo é cioso da vossa santificação». Nela recorda os propósitos de santificação feitos pelos padres no primeiro retiro feito com ele, um ano antes: confissão frequente, missa santa e retiro anual (cf. *OP I*, 63-86).

Cerejeira quando falava aos seus padres. A vocação a ser «outro Cristo», a santificar os outros e a lidar com coisas santas, exige uma santidade maior do que a requerida pelo estado religioso¹³. Esta afirmação, retomá-la-á mais tarde, na alocução de 1951, por altura duma polémica que julgo ter sido fruto dum mau equacionamento do problema. Então escuda-se na Exortação de Pio XII ao Clero do Mundo *Menti Nostrae* recém-publicada. Mais tarde ainda, a seguir ao Concílio Vaticano II, numa bela Mensagem do Episcopado ao Clero Diocesano e Religioso (25.6.1966), de que foi redactor, toda esta problemática é tratada com nova profundidade e clareza (OP VII, 17-41).

Na alocução de 1951, a expressão corrente de clero «secular» (em vez da que então se começava a usar de clero «diocesano») dá-lhe oportunidade para fazer notar o que ela pode ter de equívoco. Padre «secular» não é o que vive à maneira do século, mas aquele que, vivendo no mundo, não lhe pertence. Por isso, o padre terá o maior cuidado em se demarcar dos compromissos temporais, e muito especialmente dos compromissos políticos. Eis outra tecla muitas vezes tocada pelo Cardeal Cerejeira. Dedicar-lhe mesmo a terceira alocução ao clero, a de 1932, voltando a ela sobretudo nos anos 50, como adiante veremos.

O Cardeal Cerejeira aproveitava estas alocuções anuais para falar ao clero do que lhe parecia mais importante e oportuno, sabendo que, através das *Novidades* e de outros órgãos de informação, atingiria um público muito mais vasto. É assim sintomático verificar que o tema da Acção Católica foi tratado na quarta alocução, a de 1933, ano da sua oficialização em Portugal. Outros temas significativos foram os do «Novo Regime Concordatário» (1940), da «Ordem Nova» que se esperava viesse a sair da guerra (1942), d'«A Igreja e o Estado Novo» (1946), d'«O Padre e as Exigências do nosso Tempo» (1948 e 1949) e, novamente, da «Unidade e Santidade do Estado Sacerdotal» (1951).

A partir de 1953 e até ao Concílio, descobre-se nos títulos das alocuções ao clero, uma chamada de atenção para os perigos que

¹³ Na alocução de 1931 faz suas as palavras do Cardeal Mercier, por quem tinha grande veneração: «Vós pertenceis à primeira Ordem religiosa estabelecida na Igreja; o vosso Fundador foi Nosso Senhor Jesus Cristo; os primeiros religiosos da sua Ordem foram os Apóstolos; os seus sucessores são os bispos, e, em união com eles, os sacerdotes ...» (OP I, 52).

pairavam no ar, ameaçando a pureza das ideias e das atitudes dos padres. Em 1953, o Cardeal fala-lhes de «Algumas Tentações do nosso Tempo»: a conformação com o mundo, o culto da novidade, a procura da eficácia e a encarnação temporal; em 1955, fala-lhes das «Misérias da Igreja» (entre aspas); em 1956, da «Situação da Igreja em Portugal», defendendo-a das acusações de enfeudada ao Estado Novo; em 1957, de «As nossas Desilusões»; em 1959, da «Autenticidade sacerdotal».

As ausências nos últimos meses do ano, a que as sessões do Concílio obrigavam, e também a crise de saúde que experimentou, quebraram, a partir de 1960, o ritmo e a sequência das alocações ao clero. A última grande mensagem saída da sua pena foi a de 2 de Fevereiro de 1970, no 40.º aniversário da sua entrada solene na catedral. Já citei, ao princípio, a recordação que nela faz dos alvares da sua vocação sacerdotal. É como que o seu testamento de Pai aos seus padres¹⁴.

Na sua humildade, aceitou fazer suas, subscrevendo-as, três mensagens que não redigiu e que, para a história, julgo dever referir: a Carta Pastoral de 8 de Fevereiro de 1967 sobre a «Celebração do Mistério Pascal e dos Sacramentos do Baptismo e da Penitência»¹⁵, A Carta ao Clero, de 22 de Janeiro de 1969, sobre «O Patriarcado na Hora da Renovação»¹⁶ e a Carta ao Clero, de 5 de Maio de 1970, a definir as grandes linhas da pastoral diocesana¹⁷.

¹⁴ OP VII, 189-195. Nesta alocução faz sua a adaptação que o Padre Delbrel fez da Oração Sacerdotal do Senhor na Última Ceia: «Pai santo, guardai aqueles que Vós me destes... Só a vossa omnipotência os pode guardar, porque, se não são do mundo, estão no mundo, expostos à influência do mundo, constantemente ameaçados de serem invadidos pelo espírito do mundo... Pai santo, guardai-os. Guardai-os na pureza e no estado de graça. Guardai-os na fé. Guardai-os na esperança. Guardai-os na realização de todos os seus deveres sacerdotais e apostólicos...».

¹⁵ Texto no *BIP* (*Boletim de Informação Pastoral*), n. 51-52, de Jan.-Março de 1967, 31-33.

¹⁶ Texto no *BDP* de Jan.-Março de 1969, 17-22. Nesta Carta enumeram-se as principais medidas pastorais tomadas na Diocese a seguir ao Concílio Vaticano II em ordem à renovação do Patriarcado; referem-se os motivos de maior preocupação; e apontam-se os caminhos a seguir. Termina com um decreto a introduzir alterações na constituição do Conselho Presbiteral e a convocá-lo para a segunda reunião.

¹⁷ Texto no *BDP* de Maio-Julho de 1970, 12-13.

Não foi este o único sinal de abertura aos novos tempos pós-conciliares. Mais importantes foram gestos como convocar a I Assembleia do Clero do Patriarcado, que fez uma cuidadosa análise da situação diocesana e formulou uma série de conclusões e votos, a que deu seguimento, como veremos adiante¹⁸.

A criação da Fraternidade do Clero do Patriarcado (2.2.1967) foi uma resposta aos problemas económicos dos padres, tantas vezes tratados pelo Cardeal Cerejeira, que os encarava, não só por exigência de justiça e equidade, mas também por condicionarem o próprio espírito de desprendimento e de pobreza evangélica do clero. Foi particularmente significativa a Carta Pastoral de 2 de Fevereiro de 1961 sobre «A Condição Material do Clero do Patriarcado» (OP VI, 69-93). Mas neste campo, como no da vida comunitária dos padres (vida em pequenos presbitérios paroquiais), os resultados conseguidos foram diminutos.

Outro aspecto da vida do clero, que o Cardeal Cerejeira não descurou, foi o da sua valorização teológico-pastoral. Nos primeiros anos, essa valorização fez-se principalmente pela acção pessoal do Patriarca, nas vezes que falava individual ou colectivamente aos padres, e pelos retiros e conferências eclesiais (ou encontros vicariais de oração e reflexão). Mais tarde, sobretudo na fase da renovação pós-conciliar, pelos encontros de actualização de catequese, evangelização e liturgia, que se multiplicaram em âmbito diocesano e nacional. De referir ainda a publicação a partir de 1968, do *BDP*¹⁹.

Paradoxalmente, o Cardeal Cerejeira, homem de estudo e professor universitário, só relativamente tarde mandou alguns dos seus padres fazer estudos eclesiais de nível superior. Nos pri-

¹⁸ É de assinalar a «conversão pastoral» do Cardeal Cerejeira operada no Concílio, no sentido da aceitação do diálogo e da participação responsável do seu clero na procura e seguimento dos rumos da vida diocesana. Antes, o Patriarca de Lisboa falava ao seu clero sobretudo apelando à sua obediência e plena conformidade com o pensamento e desejos do Bispo.

¹⁹ O *BDP* abre significativamente com uma fotografia do Cardeal Cerejeira legendada com «Na Hora do Diálogo» (título do seu recente livro) e com palavras suas de apresentação sob o título de «Assinatura do Pastor». Delas citamos: «Não tenho dúvidas de que a Diocese toda, o clero e leigos ao serviço do Reino de Deus, o receberão festivamente como instrumento esperado de orientação e animação da obra comum da Pastoral».

meiros vinte anos do seu pontificado, julgo que apenas um padre se formou, em História Eclesiástica. Só a partir de 1951 o Colégio Português de Roma acolheu jovens padres do Patriarcado para efeitos de estudos. Numa explicação que, em 1947, dá à Santa Sé, alega que a falta de clero tem obrigado a confiar actividades pastorais aos padres novos, logo após a ordenação; além disso, fez sentir que só candidatos que se distingam pela inteligência e pela virtude devem ser enviados a estudar em Roma; felizmente, acrescenta, quase todos os anos têm entrado no Seminário alunos com a frequência e até diploma de Universidades do país, o que, em certa medida, supre a falta de estudos na Universidade Gregoriana²⁰.

A concluir: o clero que o Cardeal Cerejeira formou, e de que tantas vezes justamente se orgulhava, é sem dúvida um dos seus maiores títulos de glória. Aqueles padres que se perderam na crise dos anos 60 e 70 só muito parcialmente ensombraram esta glória.

2. *A obra dos Seminários*

O Cardeal Cerejeira não podia limitar-se a cuidar do clero que veio encontrar no Patriarcado. No seu dignóstico da situação, viu queurgia, não só recuperá-lo e valorizá-lo, mas também assegurar a sua continuidade com novos padres. E, de seminários, havia apenas o de Santarém, em condições precárias de instalação e funcionamento. Convenceu-se rapidamente de que a primeira prioridade era dotar o Patriarcado dos seminários que lhe dessem os padres de que precisava, em número e qualidade. E, sem delongas, põe mãos à obra.

A Providência proporcionou-lhe, logo nos primeiros meses de Patriarca, a oportunidade, que não deixou perder, de adquirir em boas condições o Palácio dos Condes dos Olivais e sua bela quinta, às portas de Lisboa. O seu pensamento, que em breve teria admirável realização, foi o de ali instalar o Seminário Maior da Diocese, a que deu o nome de Cristo-Rei. Numa rápida adaptação do Palácio,

²⁰ Esta, como outras indicações, sobretudo relativas ao clero e aos seminários, encontram-se nos relatórios quinquenais enviados à Santa Sé por ocasião das visitas «ad sacra limina». Esta, em especial, está escrita pelo próprio punho do Cardeal Cerejeira, como acrescento à minuta do relatório de 1947 redigida pelo Bispo de Vatarba, que se conserva nos arquivos do Patriarcado.

o Seminário abre com alguns alunos, transferidos de Santarém, no dia 1 de Novembro de 1931. Na festa do titular do ano seguinte, é lançada a primeira pedra dos pavilhões novos, concebidos para 204 quartos individuais de seminaristas. O chamado Pavilhão A é inaugurado em 1933 e o Pavilhão B em 1938. A capela e o corpo central inauguram-se em 1951.

Entretanto, também providencialmente, vem-lhe parar às mãos, como oferta generosa, o antigo convento dominicano de Almada, debruçado sobre a capital, dotado igualmente de grande e bela cerca. O Cardeal Cerejeira nela funda, a 18 de Outubro de 1935, o Seminário Médio de S. Paulo.

Simultaneamente remodela o velho Seminário de Santarém, pelo que, num relatório para a Santa Sé, em 1947, fala de tudo isto como de um grande milagre. Eis as suas palavras: «Até agora o principal cuidado foi fundar dois novos seminários e restaurar inteiramente o antigo. Essa obra ainda não está concluída e demanda ainda muitos milhões de escudos. Mas tais como estão, representam um milagre da Providência: custaram mais de 14.000.000\$00 de escudos portugueses; e julga-se não ser temerário dizer que são dos melhores seminários modernos». Depois refere que, para custear estas obras, lhe foi preciso andar a mendigar nas duas Américas e na África, sem esquecer que também Pio XI lhe ofereceu um bom contributo.

Não se fazem, porém, os seminários, só com casas e dinheiro. A alma deles são os formadores dos seminaristas. Em escolhê-los, empenhou-se a fundo, e novamente a Providência esteve com ele. Para o Seminário dos Olivais, encontrou os Padres dos Sagrados Corações (Pic-Pus), conseguindo uma boa equipa de professores e educadores. Para os outros, recorreu, com felicidade, à «prata da casa». Vários padres da primeira leva dos Olivais, ordenados em 1931 e 1932, deram excelentes provas nos dois seminários menores, indo mais tarde alguns deles substituir, no Seminário dos Olivais, os padres estrangeiros, na hora do render da guarda. Não posso aqui deixar de evocar as figuras quase míticas de Mons. Francisco Maria Félix, em Santarém, e sobretudo de Mons. Pereira dos Reis, nos Olivais. Este último foi um grande educador e pioneiro do movimento litúrgico em Portugal, movimento que teve no Seminário dos Olivais o principal foco de irradiação, o mesmo se podendo dizer do canto gregoriano.

No já referido relatório, o Cardeal Cerejeira alude à Carta Pastoral de Dezembro de 1935 sobre «O Grande Problema do Clero no Patriarcado» (*OP I*, 143-171) e manifesta a sua alegria por ver significativamente aumentado o número dos seminaristas — embora, como faz notar, a maioria vindos de outras dioceses mais cristãs. E concretiza: quando tomou posse do Patriarcado, em 1930, os seminaristas eram 180; em 1935 já subiam a 304 nos três seminários; e dez anos depois, em 1945, chegavam a 526. Além do número, era motivo de confiança contar, entre estes alunos, 2 médicos, 4 advogados, 2 engenheiros, um economista e vários com estudos secundários em escolas do Estado.

O Cardeal Cerejeira tinha os Seminários como a menina dos olhos. Orgulhava-se deles. E visitava-os frequentemente, para falar com os padres e com os seminaristas. No Seminário dos Olivais, naturalmente o predilecto, várias vezes no ano reunia os seminaristas e falava-lhes longamente do que mais enchia o seu coração ardente. Quando não havia acontecimento ou palavra do Papa a comentar, tomava para tema de palestra um ou outro artigo do Estatuto que outorgara ao Seminário a 19 de Setembro de 1934. Insistia designadamente nos artigos sobre a santidade sacerdotal, a ciência eclesiástica, a educação cívica, o espírito litúrgico, o ambiente de família, o critério sobrenatural e a devoção hierárquica ²¹.

Com este esforço, a situação do clero no Patriarcado foi melhorando nitidamente, como o Cardeal Cerejeira reconhece com alegria na Exortação de 25 de Outubro de 1953 para a Semana da OVS ²². Mas não chegava ainda. Anos depois, em Carta aos Párocos (6 de Novembro de 1959), para igual Semana, confessa: «Depois de 30 anos de esforços, com que dor temos de reconhecer que o problema dos Seminários ainda não está resolvido. A despro-

²¹ O texto do Estatuto do Seminário dos Olivais encontra-se em *OP III*, 267-281, com a nota de que foi promulgado em 19.9.1934. V. também em *OP II*, 319, uma «Oração do Seminarista» composta pelo Cardeal Cerejeira.

²² Nesta Exortação (*OP IV*, 133-136) para a Semana das Vocações e dos Seminários de 26.10 a 2.11, o Cardeal Cerejeira declara os Seminários «a obra essencial da Igreja Lisbonense», acrescentando: «Sem ela, todas as demais morreriam; e o Patriarcado tornar-se-ia terra pagã, como já é parcialmente em certas zonas...». Refere que, no último quarto de século (desde 1930), se ordenaram 245 novos padres, mas quase outros tantos morreram; melhorou-se sobretudo nisto: são novos quase todos os que estão no activo. Declara que

porção do número de sacerdotes em relação à população aumenta em cada ano ... Podia dizer-se que, proporcionalmente ... havia mais padres em 1930»²³.

Sem desânimo, com a tenacidade que sempre demonstrou, fez uma experiência nova com a fundação, em Outubro de 1960, do Seminário-Liceal de Penafirme, de certo modo precursora do que hoje se vai chamando pré-seminário. Os objectivos visados não foram, porém, alcançados. Mas o investimento feito deu seus frutos noutro campo em que o Cardeal Cerejeira também se empenhou, no da escola católica.

No *Anuário Católico* de 1968 encontramos uma boa lista de colégios diocesanos, além do de Penafirme (já a funcionar como tal, ainda que só em 1975 assim tenha sido formalmente reconhecido): os de Almada, Torres Novas, Lourinhã, Barreiro, Entroncamento, Bombarral, Caldas da Rainha e Azambuja. Paralelamente os Religiosos mantinham, na mesma época, 7 grandes colégios e as Religiosas 20, só dos ensinos secundário e médio. Tudo somado montava a cerca de 40 estabelecimentos de ensino católico na área do Patriarcado, com umas boas dezenas de milhares de alunos.

Refiro a propósito que o Cardeal Cerejeira foi um grande lutador pelo ensino católico e pelo ensino da Religião nas escolas do Estado, ensinos estes mais ou menos veladamente combatidos pelas esferas oficiais, mesmo depois da Concordata. Sobre tão melindroso tema, redigiu duas Notas Pastorais, que saíram em nome do Episcopado com as datas de 20 de Janeiro de 1962 e de 15 de Junho de 1964, desenvolvendo ideias repetidamente expressas por ele noutras ocasiões²⁴.

3. *A Acção Católica Portuguesa*

O Cardeal Cerejeira conhecia bem a história dos últimos tempos e sabia como a Igreja, animada pelo Espírito Santo, se foi defendendo de seus inimigos externos, organizando o laicado em

os 356 padres que tem são apenas 1/5 dos necessários a uma diocese com quase dois milhões de almas.

²³ *OP* V, 60.

²⁴ Cf. *OP* VII, 9. Sobre a Universidade Católica, sonho antigo que o Cardeal Cerejeira só viu em começo de concretização no final do seu Pontificado, nada aqui se diz, pelo simples facto de, na série de conferências em que esta se integra, uma lhe é consagrada.

torno da Hierarquia. Os chamados «Movimentos Católicos» surgem por quase toda a Europa nos meados do século XIX (1848), aos apelos de Pio IX. No fim do século, já no tempo de Leão XIII, revelando nova sensibilidade, mais em sintonia com a primeira grande encíclica social *Rerum Novarum* (15.5.1891), surgem movimentos de acção social popular, procurando «ir ao povo», vítima da revolução industrial em clima de liberalismo feroz. Também se chamavam «movimentos de democracia cristã» (muito antes e distintos dos actuais partidos de D. C.). Em Portugal, o mais significativo, mas não o único, foi o C.A.D.C. de Coimbra (Centro Académico de Democracia Cristã, oficializado em 1903). No primeiro quartel do nosso século, com S. Pio X e Bento XV, a sensibilidade da Igreja evolui no sentido da mobilização apostólica do laicado. Os movimentos então surgidos foram os precursores da Acção Católica propugnada pelo Papa Pio XI, de que o grande paladino em Portugal foi o Cardeal Cerejeira²⁵.

Também aqui se revelaram admiravelmente a intuição, a capacidade de decisão e o poder de realização do que podemos chamar o fundador da Acção Católica Portuguesa e, por deliberação do Episcopado, seu Director Nacional desde o princípio. Data memorável é a de 10 de Novembro de 1933, a da Carta de Pio XI ao Cardeal Patriarca de Lisboa «Ex officiosis Litteris», considerada a Carta Magna da A.C.P. As Bases Orgânicas desta saem dias depois, com a data de 16 do mesmo mês; e o primeiro número do *Boletim Oficial da A.C.P.* surge em Maio de 1934; o Estatuto e o Regulamento Geral são de 1945 e 1946, respectivamente²⁶.

²⁵ V. o artigo «Acção Católica» na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Verbo). Uma breve história dos antecedentes e primórdios da A. C. na História Contemporânea pode encontrar-se em *Manual de Acção Católica — A Prática* (1936) de Mons. Luís Civardi e Aires Ferreira, cap. IV. Para a história dos começos da A. C. em Portugal, v. *A Acção Católica Portuguesa — Nascimento e Primeiros Passos* (1937) do Dr. José Maria Félix.

²⁶ No n.º 1 de *Acção Católica Portuguesa — Boletim Oficial* (Maio de 1934), encontramos a Carta de Pio XI e as Bases da A. C. P. Abre com breves palavras do Cardeal Cerejeira, de que citamos: «Chegou a hora de tocar a rebate, na consciência de todo o católico português, para a nova cruzada da reconquista cristã de Portugal. Quem não for por Cristo é contra Ele. O *Boletim* será o clarim de comando...». D. Ernesto Sena de Oliveira, o grande cabouqueiro da A. C. P., explica logo a seguir a «Razão de ser do Boletim»

A mão do Cardeal Cerejeira aparece claramente nestes diplomas fundamentais e sobretudo na intensiva doutrinação que fez sobre a Acção Católica, numa inteira fidelidade ao pensamento de Pio XI, que lhe atribuía três características específicas: unidade nacional, especialização e carácter apolítico. Mais que isso, mobilizou, para o lançamento e desenvolvimento deste providencial instrumento de apostolado nas mãos dos Bispos, os mais competentes padres e leigos das dioceses do país. Avelino Gonçalves, Domingos de Apresentação Fernandes, Soares da Fonseca, Sezinando Rosa são apenas alguns dos muitos nomes que aqui se poderiam invocar, além dos Bispos da Acção Católica atrás citados. Cuidado muito especial foi posto na sensibilização do clero e na formação de assistentes eclesiásticos²⁷.

Até ao Concílio Vaticano II, a A.C.P. foi sem dúvida a mais forte organização do laicado em Portugal, chegando, em 1959, a contar nas suas fileiras 100.000 associados, agrupados em 4.000 secções dos 20 organismos das 4 organizações (de Homens, Mulheres, Rapazes e Raparigas), formando um verdadeiro exército, disciplinado e aguerrido para as batalhas espirituais²⁸. Organização tida pelo Episcopado como oficial e mandatada, podemos dizer que tudo à volta dela aparecia como «obras auxiliares» ou instrumentos de trabalho²⁹.

²⁷ Mesmo antes da fundação da A.C.P., e preparando-a, o Episcopado promoveu duas semanas de estudo (Set. 1932 e Dez.-Jan. 1932-33) para assistentes eclesiásticos entretanto nomeados pelos Bispos. Por altura da segunda, esteve em Portugal, a convite do Cardeal Cerejeira, o Cónego Cardyn, fundador da JOC na Bélgica, a preparar a opinião católica para o lançamento da A.C.P. Nos anos áureos desta, nunca faltaram reuniões de formação para os assistentes, e estes eram escolhidos pelos Bispos de entre os seus melhores padres. O Cardeal Cerejeira, fazendo-se eco do Papa, repetia que eles eram a alma da A.C.

²⁸ V. artigo «Expansão da A.C. Portuguesa nas diversas Dioceses e Sectores Sociais» no *BIP*, n.º 5, Dezembro de 1959, 16-21, com quadro estatísticos e cartogramas.

²⁹ Foi tendência inicial tudo fazer gravitar à volta da A.C., de acordo com o princípio de organização da A.C.P. (cf. Base B-b) que lhe atribui assegurar a «coordenação e cooperação de todas as associações e obras católicas num plano nacional único, em ordem à efectuação da união católica para a restauração cristã da sociedade». Além das organizações e organismos próprios, a A.C.P. criou os Secretariados da Junta Central (como os das Obras Auxiliares, da Acção Social e do Cinema e da Rádio) e, pela

Poderá hoje discutir-se se uma Acção Católica definida como «participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja», tendo à frente do seu órgão central executivo um Bispo e um padre, é verdadeiramente um «apostolado de leigos». Mas o que não se pode pôr em dúvida é que a A.C. em Portugal foi decisiva realidade para a defesa e afirmação da Igreja, para a cristianização do país e para a renovação e promoção da vida pastoral nas dioceses e paróquias, nomeadamente nos campos da catequese, vocações, animação litúrgica e imprensa católica.

A progressiva autonomia destes sectores da acção pastoral relativamente à A.C., e sobretudo a evolução da maneira de conceber a Igreja e de nela situar o laicado, levaram à «crise» da Acção Católica. A própria definição clássica de Pio XI já sofrera uma inflexão no tempo de Pio XII, e, nos últimos anos deste Papa, surge com frequência cada vez maior a expressão mais ampla de «apostolado dos leigos». O Concílio Vaticano II, propondo uma visão da Igreja como Povo de Deus, onde hierarcas e leigos são activos e corresponsáveis, pôs em questão certo conceito ainda muito clerical de Acção Católica. Tudo isto se reflectiu na A.C.P. que, em 1966, passou a escrever «nova página» da sua história, como afirmou o seu Director Nacional na festa de Cristo-Rei celebrada na Sé de Lisboa³⁰. Pela primeira vez, 33 anos depois, a Junta Central era constituída só por leigos, e a A.C.P. tendia a ser uma federação de organismos autónomos de apostolado dos leigos, ainda que revestidos de determinadas características. Os tempos já eram outros.

Mas, ao mesmo tempo que a A.C. entrava numa certa penumbra, outros movimentos iam surgindo com grande pujança, como o Movimento por um Mundo Melhor, os Cursilhos de Cristandade, a

mediação do Bispo de Leiria, a Pia Associação dos Cruzados de Fátima, a primeira Obra Auxiliar, destinada a dar à A.C.P. apoio espiritual e financeiro. A tendência monopolizadora e nacionalizante no início (compreensível no clima político e ideológico do tempo) nunca chegou a concretizar-se totalmente. O Escutismo Católico (CNE), por exemplo, que chegou a estar inscrito entre os organismos da Juventude Católica, ao lado da JAC, JEC, JIC, JOC, JUC, saiu pouco depois, embora por motivo da guerra que o Estado Novo lhe movia pela sombra que fazia à Mocidade Portuguesa nascente. O CADC, concorrente com a JUC em Coimbra, só muito tarde e mal aceitou a integração na A.C.P.

³⁰ Cf. alocução do Cardeal Cerejeira, *OP VII*, 141-147.

Legião de Maria, as Equipas de Nossa Senhora; e até outros, de antiga fundação, experimentaram nova vitalização, como o Noelismo, as Conferências Vicentinas e o Apostolado da Oração com a sua Cruzada Eucarística, tanto da simpatia do Cardeal Cerejeira.

4. *Integração pastoral dos consagrados*

Para a obra da Igreja Lisbonense todos os obreiros eram poucos. O clero, sobretudo, não chegava. O Cardeal Cerejeira sentia muito a necessidade de almas generosas e dóceis para o coadjuvarem e coadjuvarem o seu clero nas tarefas pastorais. Vimos como ele concebia neste sentido a Acção Católica. Ideia semelhante tinha relativamente aos Religiosos e Religiosas. Os primeiros, quando também revestidos da dignidade sacerdotal, eram bem-vindos para engrossar as fileiras do seu presbitério. E o seu número, no Patriarcado, cresceu proporcionalmente mais depressa que o dos padres diocesanos. Mas a sua disponibilidade menor nas mãos do Bispo e outras circunstâncias levaram a dificuldades práticas sentidas sobretudo no respeitante à sua integração pastoral. Esta problemática, já referida atrás a propósito da comparação entre clero secular e regular, foi retomada a fundo pelo Cardeal Cerejeira na sessão de encerramento do I Congresso Nacional dos Institutos Religiosos, a 13 de Abril de 1958³¹.

A acuidade do problema nunca foi tão sentida relativamente às Religiosas, cujo número cresceu também rapidamente no país e no Patriarcado. O Cardeal Cerejeira via-as sobretudo como dedicadas colaboradoras em actividades apostólicas e pastorais, designadamente em âmbito paroquial. O seu ideal neste particular, tentou-o concretizar nas Servas de Nossa Senhora de Fátima. Embora a sua fundação se deva primordialmente a D. Luiza Andaluz, o Cardeal Cerejeira teve intervenção decisiva na definição do seu carisma. Concebia-as à maneira de «Segunda Ordem» do Clero diocesano, com uma forte espiritualidade sacerdotal e muito disponíveis para os trabalhos paroquiais ou para actividades apostólicas especializadas de âmbito diocesano e nacional. Lembra-se que a primeira actividade apostólica a que oficialmente se dedicaram foi a de apoio à imprensa católica na «União Gráfica» e outras instituições simi-

³¹ Cf. alocução «Acies Ordinata» sobre «Perfeição Cristã, Sacerdócio e Estado Religioso» em *OP V*, 259-275.

lares. O Cardeal Cerejeira chegou a propor à Santa Sé que as Servas acrescentassem um quarto voto aos três clássicos, o de se imolarem espiritualmente pelos sacerdotes. Mesmo sem ele, erigiu-as em Congregação de Direito Diocesano por Decreto de 11 de Outubro de 1939³².

Finalmente, o Cardeal Cerejeira procurou rodear-se de almas que, embora não religiosas, se consagrassem totalmente ao apostolado, conservando-se como leigas no mundo, por uma consagração feita directamente nas suas mãos, as «Auxiliares do Apostolado»³³. Em número de algumas dezenas, com uma boa formação recebida na Escola de Lourdes, desempenharam e continuam a desempenhar um papel discreto mas relevante em não poucos campos de acção apostólica. Por elas o Cardeal Cerejeira manifestou sempre uma grande predilecção. E também por outras almas, estas completamente anónimas, que se imolavam na oração e sacrifício pelas intenções pastorais do Patriarca.

E são horas de passar dos agentes da pastoral às grandes actividades pastorais que mais brilharam no pontificado do Patriarca de Lisboa.

5. *A evangelização do povo*

Como vimos ao princípio, uma das linhas de força do projecto pastoral do Cardeal Cerejeira era a catequização do povo, o seu afervoramento religioso e a sua submissão à disciplina eclesiástica — para empregar os termos em uso nos anos 30. Ele bem sabia como a África Negra se encontrava às portas de Lisboa — usando também palavras suas, que na altura tiveram grande repercussão.

Deste trabalho de missões populares encarregou um Bispo escolhido a dedo, D. João da Silva de Campos Neves. Homem expe-

³² Sobre o papel decisivo do Cardeal Cerejeira na fundação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, v. a recente biografia da fundadora D. Luíza Andaluz, *Audácia e Serviço*, de Dário Pedroso SJ, publicada no cinquentenário desta congregação religiosa nascida como de direito diocesano e desde 13.10.1981 de direito pontifício.

³³ A ideia de leigas que, mantendo-se como tais, se entreguem às actividades apostólicas numa especial fidelidade ao pensamento do Bispo próprio, foi do Cardeal Mercier, por quem o Cardeal Cerejeira nutria grande admiração, citando-o com frequência nos seus escritos, como já vimos.

riente e organizador, concebeu e regulamentou em todos os seus pormenores as missões e visitas pastorais. Em 1936 é publicado um «Directório da Visita Pastoral» que vigorou até ao Concílio. Embora sem qualquer indicação da origem, traz a marca dele.

Conseguí estatísticas anuais das missões e visitas ao longo dos 21 anos que vão de 1937 a 1956, precisamente o período áureo desta forma de pastoral no Patriarcado. Sem multiplicar números, direi que, ao longo deste período, se fizeram 2.116 missões, durante as quais se administraram 29.840 Baptismos, 150.437 Crismas e 8.323 Matrimónios. Em média fizeram-se 100 missões por ano (duas por semana), cada uma das quais, também em média, saldando-se por 14 Baptismo, 71 Crismas e 4 Matrimónios³⁴.

Este trabalho insano, no qual gastaram o melhor da sua vida três Bispos³⁵, e em que deram generosa colaboração os padres dos Sagrados Corações para ele destacados — e mais tarde também padres diocesanos —, pode ser hoje alvo de críticas da parte de quem desconhece a situação e a mentalidade pastoral dos anos 30 a 50. Mas dele resultaram as condições necessárias para o trabalho seguinte, que era o da organização e dinamização da pastoral paroquial. Também isto estava previsto no projecto pastoral do Cardeal Cerejeira.

6. *Renovação das estruturas paroquiais*

Para a restauração da vida paroquial contribuiu, em primeiro lugar, a renovação pastoral do clero. Foi também decisiva a acção dos Bispos Auxiliares, especialmente de D. João de Campos Neves,

³⁴ Estas missões tinham habitualmente a duração de uma semana, quando fora da cidade de Lisboa, e de quinze dias na cidade. O número indicado não inclui 285 missões mais breves que se fizeram nos anos 40 com a imagem de Nossa Senhora de Fátima, que, aos ombros de homens, percorreu 550 quilómetros de Lisboa a Tomar, passando pelas paróquias de 29 municípios do Oeste e do Ribatejo. De referir que, na cidade de Lisboa, contribuíram para a evangelização do povo, além das missões paroquiais, algumas grandes manifestações de fé, como, por exemplo, as que acompanharam os congressos da JCF, dos Homens Católicos, dos Religiosos, etc. Com outro tipo de projecção, devem ainda citar-se as alocações do Cardeal Cerejeira veiculadas pelos meios de comunicação social.

³⁵ D. João de Campos Neves, D. Manuel dos Santos Rocha e D. António de Campos.

quer nas conferências eclesíásticas quer nas aulas de Pastoral aos seminaristas teólogos dos Olivais quer através da regulamentação das actividades pastorais.

Áreas da vida paroquial mais trabalhadas foram as da catequese das crianças, das vocações e da pastoral litúrgica. Como já foi dito, sobretudo ao princípio (anos 30), a Acção Católica desempenhou nelas papel de relevo. Progressivamente, sobretudo na primeira e última, o Seminário dos Olivais foi assumindo lugar de liderança, até se organizarem mais tarde os serviços diocesanos especializados competentes. É no entanto de sublinhar a projecção do Seminário no campo da pastoral litúrgica e do canto gregoriano, quer através de iniciativas específicas quer através da revista *Novellae Olivarum* e da sua participação exemplar nas celebrações da Sé.

O movimento de renovação pastoral adquiriu novo impulso com a iniciativa de um grupo de padres³⁶ no retiro do clero do Verão de 1950, de realizar Semanas de Actualização Pastoral para o clero do Patriarcado. Com a bênção do Cardeal Cerejeira, realizaram-se três, com notável projecção prática. Assim, pouco a pouco, as paróquias foram-se estruturando e ganhando animação.

No entanto, apesar dos claros progressos, a situação religiosa do Patriarcado continuava a preocupar o seu Pastor. Quando em 1955 foi feita a primeira contagem à prática dominical³⁷, revelando uma taxa líquida global de 20% de praticantes, com taxas de 5% nalguns concelhos ribatejanos, ele não ocultou a sua surpresa e a sua amargura. Passados 15 anos, na reunião do Conselho Presbiteral de 2 de Junho de 1970, aprovou o projecto de nova contagem mais completa e rigorosa. Foi feita em Fevereiro de 1971, ainda no seu pontificado, mas os resultados só foram apurados no tempo de seu sucessor D. António Ribeiro. Revelaram ligeiro agravamento da situação³⁸.

³⁶ Dr. Abel Varzim, Cónego Amaro Teixeira, Cónego António de Campos e Monsenhor Fernandes Duarte.

³⁷ Esta contagem resultou dum voto formulado na terceira das referidas Semanas de Actualização Pastoral. O seu apuramento e comentário aos dados obtidos encontram-se no número especial do *BDP*, 29-30 de Nov.-Dez. de 1970.

³⁸ Os resultados, comparados com os de 1955, no n.º 57, de Agosto-Setembro de 1973 do *BDP*.

O estudo da primeira contagem permitiu detectar ou avaliar situações e problemas de grande interesse para a condução da vida diocesana. Um deles foi o das novas igrejas. Já há tempos o Cardeal Cerejeira revelara a sua preocupação com a falta de lugares de culto, sobretudo na área da Grande Lisboa, onde a explosão demográfica estava a estrangular as velhas estruturas paroquiais. O seu brado de alarme foi lançado na alocução feita por altura da inauguração da igreja de S. João de Brito, no dia 2 de Outubro de 1955³⁹.

Pouco depois, aproveitando a oportunidade da elaboração pela Câmara Municipal de Lisboa do Plano Director da capital, promove o estudo do redimensionamento paroquial da cidade. Após dois anos de trabalho conjunto do Patriarcado, do Município e da Direcção-Geral da Administração Política e Civil, no seguimento do Decreto-Lei sobre a matéria, publica, a 25 de Março de 1959, o seu Decreto de nova divisão paroquial de Lisboa, caso único no país. Passados alguns meses publica extensa Carta Pastoral sobre «O Grave Problema das Igrejas no Patriarcado de Lisboa», a comentar a nova divisão e a fazer a análise da situação⁴⁰.

Na mesma sequência, cria a 6 de Janeiro de 1961 o Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado (SNIP), com a missão de assegurar a tempo os terrenos para as igrejas necessárias e de apoiar tecnicamente as obras de construção, adaptação e restauro dos lugares de culto. As despesas do seu funcionamento e o apoio financeiro a pequenas obras têm sido cobertos pelo Fundo das Novas Igrejas sustentado por um ofertório anual. Em ordem a disciplinar o sector, o Secretariado elaborou o «Regulamento da Construção e Restauro de Igrejas», promulgado por Decreto de 30

³⁹ Cf. *OP VII*, 217-227. Nela se refere a falta de igrejas e propõe um programa-tipo de igreja paroquial. Anteriormente o Cardeal Cerejeira fez duas importantes alocuções sobre igrejas novas, mas exclusivamente do ponto de vista da Arte Sacra: na inauguração da igreja de Nossa Senhora de Fátima (Lisboa) (13.10.1938, *OP II*, 131-136) e na da igreja de S. João de Deus (também em Lisboa) (8.3.1953, *OP IV*, 121-132).

⁴⁰ Cf. *OP V*, 63-90. Para a história refere-se que o citado estudo da nova divisão paroquial de Lisboa, em consonância com uma nova divisão administrativa, foi possível graças à boa colaboração da parte do Eng.º Luís Nolasco de Guimarães Lobato, Vice-Presidente da C. M. L., e do Dr. António Pires de Lima, Director-Geral da A. P. C. do Ministério do Interior.

de Junho de 1964, e um «Programa-Base de Construção de Novas Igrejas» (1966)⁴¹.

Antes da criação de Secretariado, foram construídas no tempo do Cardeal Cerejeira, 30 novas igrejas. A série abriu com a igreja paroquial de Nossa Senhora de Fátima nas Avenidas Novas de Lisboa, inaugurada a 13 de Outubro de 1938, uma das glórias do novo Patriarca, que a quis «igreja – moderna – bela». Depois do Secretariado e até final do seu pontificado, foram construídas mais 26, das quais 7 com projecto do SNIP. Neste número não se incluem 120 obras de adaptação e restauro acompanhadas pelo pessoal técnico do Secretariado.

Para encerrar esta breve informação sobre estruturas pastorais, refiro que, a 9 de Maio de 1964, o Cardeal Cerejeira inaugurou a Casa de Retiros do Bom Pastor, à Buraca, um dos seus velhos sonhos. Nela se têm realizado alguns dos actos de maior repercussão na vida diocesana.

7. *Renovação pós-conciliar do Patriarcado*

Os anos imediatamente a seguir ao Concílio Vaticano II foram, como vimos, anos dolorosos de crise nas instituições mais queridas do Cardeal Cerejeira: crise do clero, crise do Seminário dos Olivais, crise da Acção Católica.

Mas, uma análise atenta da vida do Patriarcado nesses anos leva-nos à conclusão de que foram um dos períodos de maior vitalidade pastoral do pontificado do Cardeal Cerejeira. O dinamismo renovador desencadeado pelo Vaticano II invadiu o Patriarcado e muito especialmente o seu clero. Um novo sentido de responsabilidade e de participação fê-lo sentir-se mais unido ao seu Bispo e com ele mais colaborante. Por sua vez, o Bispo, no espírito das suas «Cartas do Concílio» e das suas mensagens «Na Hora do Diálogo» mostrou-se muito aberto às iniciativas renovadoras do seu clero.

O movimento renovador começou a adquirir consistência com a constituição, por Decreto do Cardeal Cerejeira de 18 de Abril

⁴¹ O texto deste Programa-Base foi publicado no *BIP*, n.º 46-47, de Abril-Junho de 1966, 25-38. O balanço dos nove primeiros anos do SNIP e informações interessantes sobre toda a problemática das novas igrejas no Patriarcado encontram-se no *BDP*, n.º 18-19, de Out-Nov. 1969, 9-11.

de 1966, da «Comissão Preparatória da Reestruturação Pastoral do Patriarcado», a que atribuiu funções de sensibilização e de acção. O seu trabalho preparou algumas decisões importantes do Prelado Diocesano, como a criação das Regiões Pastorais (29 de Maio de 1966), primeiro passo para as Dioceses de Santarém e de Setúbal (que o Santo Padre viria a criar em 16 de Julho de 1975), e a realização de uma importante Assembleia do Clero (de 26 de Setembro a 1 de Outubro de 1966)⁴².

Depois desta Assembleia, outras medidas importantes foram tomadas, em parte já referidas, como a criação de um órgão de animação e coordenação da pastoral diocesana, o Secretariado de Acção Pastoral (SAP), a 19 de Dezembro de 1966; a constituição do Conselho Presbiteral, a 18 de Novembro de 1967⁴³; a criação do Conselho Pastoral Diocesano, a 5 de Maio de 1969⁴⁴; a entrada informal em funcionamento regular do Conselho Episcopal por volta de 1967; a fundação da Fraternidade do Clero (2 de Fevereiro de 1967); a constituição da Comissão de Arte Sacra (18 de Dezembro de 1967); etc.

É deste período o aparecimento do *Boletim Diocesano de Pastoral (BDP)*, começado a publicar-se em Janeiro de 1968⁴⁵, continuando, em certa medida, a missão do *BIP*, que cessou de publicar-se pouco depois. Nas palavras de apresentação e aprovação, o Cardeal Cerejeira reflecte claramente o espírito do Concílio, ao falar da pastoral como «obra comum do clero e leigos» e manifestando a confiança no seu clero «caminhando à frente na obra de actualização e renovação, ansioso de tornar a Igreja presente no mundo hodierno, com a sua luz, graça e serviço».

⁴² Uma desenvolvida reportagem desta Assembleia, a história dos seus antecedentes e a documentação mais significativa encontram-no no *BIP*, n.º 48-49, de Julho-Setembro de 1966, 9-19.

⁴³ Documentação relativa à criação, constituição e primeira reunião do Conselho Presbiteral no n.º 1 do *BDP*, Jan. 1968. No mesmo *Boletim* podemos encontrar notícia pormenorizada das reuniões subsequentes. A síntese das quatro reuniões do tempo do Cardeal Cerejeira está no *BDP*, n.º 33, Março de 1971, 3.

⁴⁴ O Conselho Presbiteral Diocesano teve em 1969, ano da sua criação, quatro reuniões, cujo relato se encontra no *BDP*, n.º 26-26, de Maio-Julho 1970, 7-8. Os primeiros passos foram difíceis e os seguintes haviam de tardar.

⁴⁵ V. nota 19.

Conclusão

São horas — e mais que horas⁴⁶ — de terminar. Vou fazê-lo com a consciência clara de que muitas coisas importantes nem sequer foram referidas. Termino como comecei, com palavras de admiração pela grandeza do Cardeal Cerejeira, de novo manifestada no termo do seu pontificado. Na altura da Assembleia do Clero (1966), tinha já Sua Eminência 78 anos de idade, 40 de Bispo e dois de convalescença da sua grave crise de saúde. No comunicado final, os padres da Assembleia «pedem a Deus o conserve como seu Patriarca ainda por muitos anos». Dois meses depois, a 1 de Dezembro, a imprensa dá a conhecer que o Santo Padre não aceitara o pedido de resignação que o Patriarca de Lisboa lhe endereçara no cumprimento de resolução do Concílio⁴⁷. Dois anos passados, ao fazer 80 de vida, o mesmo Papa endereça-lhe uma Carta Autógrafa congratulatória pelo êxito do seu Pontificado. Estava-se em 1968.

Este ano foi muito forte para o Cardeal Cerejeira. Misturados com os casos do P. Felicidade e do Seminário dos Olivais, teve momentos de grande alegria, como as celebrações do Ano da Fé, a Peregrinação Diocesana a Fátima, a inauguração, no próprio dia de anos, da Universidade Católica e de uma exposição bibliográfica e documental da sua pessoa, promovida pelo Cabido e pela Câmara Municipal de Lisboa.

Ano e meio mais tarde, no 40.º aniversário da sua entrada solene na Sé de Lisboa (2.2.1970), dirige a última saudação ao seu clero, a quem lembra os sentimentos que lhe enchiam, há 40 anos, o seu coração aquecido ao calor do Coração de Jesus em Paray-le-Moniale. Termina muito à sua maneira: «Julgo poder afirmar, com temor e tremor, ao fim de 40 anos ao serviço de Deus e de vós à frente da Dioecese de Lisboa, que Lhe dei a minha vida e não quero retratar-me. Envelheci no cuidado dela; mas, ó meu Deus, grito do fundo da alma que é sempre vivo e novo no meu coração o vosso amor e o do povo que Vós me confiastes. Apro-

⁴⁶ Pela extensão e por exigências de horário, não foi possível ler toda a conferência. Os últimos números da IV parte foram apresentados resumidamente em poucos minutos.

⁴⁷ Resolução que aceitou docilmente, por obediência, mas com a qual não concordava, pensando que o Pastor é pai, e que só por morte cessa ao pai a sua missão de pai.

xima-se a hora de Vos chamar, Senhor, como o Apóstolo S. João no último dia: *Veni veni, Domine Jesu!*»

A resposta do Senhor tardaria ainda sete anos. Mas já não chegaria a dois a palavra esperada do Santo Padre. Em Carta Autógrafa de 25 de Março de 1971, concede-lhe a resignação. A notícia só é conhecida a 13 de Maio seguinte. O Episcopado, reunido em Fátima, ouve-a da boca do Bispo de Leiria, quando ia começar a concelebração eucarística do meio dia, a fechar mais uma grande peregrinação. Para suceder-lhe, o Santo Padre acabava de nomear, com a data de 10, o seu Auxiliar, D. António Ribeiro.

Em declaração autógrafa especialmente escrita para o *Boletim Diocesano de Pastoral* e por este reproduzida na primeira página, diz, a terminar: «Ao velho Patriarca, perante o Patriarca novo que vem 'em nome do Senhor', compete (dizer) como João Baptista, no fim da sua missão, apontando para o Senhor: 'importa que eu diminua para que ele cresça'. Com toda a fé neste mistério, exclamo tão alto que todos me oiçam, sacerdotes e fiéis: Segui-o!»

A passagem do testemunho fez-se numa das mais impressionantes celebrações eucarísticas da história do Patriarcado, a 29 de Junho, no Pavilhão dos Desportos. Concelebraram os Bispos Auxiliares e 400 padres. Terminou com as palavras finais da mensagem de adeus do Cardeal Cerejeira: «É este o último momento em que falo como Patriarca de Lisboa. Sejam estas, pois, as últimas palavras:

- ao Vigário de Cristo entrego a Diocese de Lisboa; presto-lhe a minha filial homenagem como a Cristo, e peço-lhe perdão de todas as minhas faltas por acção ou omissão;
- e a vós, Irmãos e Filhos, de quem me despeço como quem parte o coração, por quem trabalhei, sofri e me alegrei, como a vida da minha vida, peço-vos a todos, sem excepção, perdão do que fiz e não foi segundo o Coração do Senhor, e do que não fiz devendo-o e podendo-o, eu, cuja lei era dar a vida por vós, como disse o Senhor».

D. Manuel Franco Falcão

Rua D. Manuel I, 1

Apartado 94

7801 BEJA Codex